

JORNAL

EDIÇÃO DE FIM DE SEMANA

meionorte

mais

TEMPERATURA: Máxima: 32°
Mínima: 22°

ANO XXII - Nº 8972 - TERESINA (PI), SAB/DOM, 18 E 19 DE FEVEREIRO DE 2017

VALORES: CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,50
OUTROS ESTADOS: R\$ 3,00

EMERGÊNCIA

Tribunal de Contas do Estado não reconheceu emergência em municípios piauienses e decretos assinados por prefeitos começam a ser revogados no Piauí

Prefeitos anulam decretos após decisão do TCE

FRANCY TEIXEIRA
DE POLÍTICA

Após o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) não reconhecer os decretos de emergência e o Ministério Público recomendar a sustação dos contratos formalizados com dispensa de licitação, os municípios piauienses começaram a revogar os atos dispostos no início do ano, evitando assim problemas futuros com os órgãos de controle.

O prefeito de Cocal dos Alves, Osmar de Sousa Vieira, destacou o impedimento dos gestores do município a realizarem despesas com base na situação de emergência, que dentre outras disposições, permitiria a contratação de empresas sem o devido procedimento licitatório. "Fica devidamente revogado o decreto mu-

15

MUNICÍPIOS fiscalizados pelo TCE foram orientados a sustarem decretos de emergência

nicipal que decretou a situação de emergência nos serviços de limpeza pública, capina e varrição, saúde e infraestrutura, tendo em vista o não reconhecimento do ato administrativo pelo Plenário do TCE", descreveu em publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Posição similar tomou o prefeito de Lagoa Alegre do Piauí, Carlos Magno Machado, revogando dois decretos de

emergência dispostos pelo município neste ano. O primeiro era voltado aos serviços de limpeza pública, coleta de lixo domiciliar e entulhos na cidade, e o segundo direcionado aos serviços de saúde. Para tomar a decisão pela anulação dos atos, o prefeito considerou, inclusive, a não utilização do estado de emergência nos contratos firmados até então.

O prefeito Carlos Magno Machado também dispôs sobre as orientações do Ministério Público, a qual recomenda dentre outras, pela não utilização de nenhum ato administrativo que tenha como base o Estado de emergência.

TCE – O Tribunal de Contas do Estado já analisou e optou pelo não reconhecimento do decreto de emergência em 15 municípios, essa auditoria inclusive foi entregue ao Ministério Público. Recentemente, o presidente do órgão, o conselheiro Olavo Rebelo, indicou que a análise dos decretos em outras cidades teve início e que a qualquer momento, mais resultados deverão ser divulgados pelas equipes. "As auditorias já estão ocorrendo no interior, a qualquer momento nós teremos vários municípios a mais com resultado. Se não me engano, são 61", informou.



TCE-PI não considerou situações de emergência no Piauí

Promotor pede auditoria após emergência em Parnaíba

O promotor Antenor Filgueiras Lôbo Neto, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Parnaíba no exercício de suas atribuições legais e constitucionais, esteve no III Seminário para os Novos Gestores e Ouvidoria Itinerante e entregou nas mãos do presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Olavo Rebelo, ofício com pedido de auditoria por parte do TCE no município de Parnaíba.

De acordo com o promotor de Justiça, Antenor Filgueiras, o pedido tem como foco auditoria nos empenhos, extratos, contratos, protocolos e pagamentos efetivados pelo município de Parnaíba, baseados no Decreto de Emergência, no período correspondente a 02 de janeiro de 2017 até esta

data. "O pedido foi feito em função da gravidade e desmandos em não obedecerem a solicitação do Ministério Público. Por isso, solicitei que seja feita de imediato essa

auditoria".

O membro do Ministério Público pontuou ainda que, conforme o resultado da auditoria, o MP poderá solicitar a intervenção do município de Parnaíba.



PROMOTOR entrega pedido de auditoria ao presidente do TCE

Página 4. Editoria de Política

AVANÇANDO

O conselheiro Olavo Rebelo está rapidamente mostrando resultados à frente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI). Ele anunciou a instalação de três sub-sedes da Corte no interior do Piauí. A medida atende uma demanda antiga dos gestores, evitando o deslocamento até a capital toda vez que for necessário interagir com o órgão. As novas unidades serão criadas em Picos, Parnaíba e Bom Jesus.



Coluna Opinião. Página 4



CORTE DE CONTAS

TCE interiorizará atuação no Piauí e cria novas unidades

Em resolução disposta no Plenário, o Tribunal de Contas do Estado resolveu criar três unidades integrantes do órgão em municípios do interior. Com o indicativo, as cidades polo que receberão a sub-sede do TCE, são: Parnaíba, Picos e Bom Jesus, a criação foi justificada pela estratégia de interiorização das ações do Tribunal de Contas do Estado em polos regionais, facilitando o acesso aos serviços desenvolvidos. O presidente do órgão de controle, Olavo Rebelo, comentou a novidade na abertura do Seminário para

Novos Gestores neste final de semana. "As sub-sedes aproximarão o TCE-PI dos gestores e do cidadão em geral e ampliarão o alcance do nosso trabalho de fiscalização e orientação, melhorando, portanto, a eficácia dos nossos serviços. E isso sem impacto orçamentário para o TCE", disse.

Com a criação, o TCE visa reduzir distâncias, haja vista que atualmente os gestores dos municípios do interior têm que se deslocar até Teresina para resolver qualquer questão junto a Corte de Contas. Neste âmbito, o presiden-

te do TCE já teria conversado com o governador Wellington Dias (PT) sobre a questão, de modo que o líder do Executivo local teria garantido o apoio do Governo na implementação da ideia.

A previsão é que a primeira sub-sede seja instalada em Parnaíba nos próximos 90 dias; o indicativo impõe um novo desafio para a nova gestão do órgão, sinalizando para o atendimento dos pleitos dos gestores e da população do interior do Estado no que tange aos serviços dispostos pelo TCE. (F.T.)



PEDIDO AO TCE

O governador Wellington Dias visitou ontem o TCE-PI para conversar com os conselheiros sobre a licitação da subconcessão dos serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário de Teresina. O processo está em análise no TCE-PI, depois de denúncia feita pela empresa Águas do Brasil, que diz ter sido prejudicada na licitação. Ele pediu ao presidente Olavo Rebelo, aos demais conselheiros e ao procurador-geral do MPC pressa na apreciação e julgamento do processo. Wellington lembrou que a subconcessão prevê investimentos de R\$ 1,7 bilhão no abastecimento d'água e esgotamento sanitário de Teresina, que possibilitarão a universalização dos serviços. O Estado não dispõe desses recursos e por isso buscou a parceria com a iniciativa privada. Dias apelou para que os conselheiros apressem uma solução para o impasse na licitação. Os conselheiros ouviram os argumentos do governador e adiantaram que o TCE-PI analisará o processo no tempo e com o zelo necessário. O procurador-geral do Ministério Público de Contas dará seu parecer e encaminhará ao relator, que pedirá que o processo seja colocado em pauta de julgamento no TCE-PI. O relator do processo, conselheiro Kennedy Barros, que também participou da reunião, disse que pedirá pauta do processo logo que receber o parecer do procurador Plínio Valente. A previsão é que o processo entre em pauta de julgamento na primeira quinta-feira após o Carnaval.

Coluna Opinião. Página 4

DIÁRIO

DO POVO DO PIAUÍ

Olavo Rebelo

Fiscal.

O Tribunal de Contas do Piauí terá 3 sub-sedes no interior do Estado.

Vão ser nas cidades de Parnaíba, Bom Jesus e Picos.

Coluna Magalhães. Caderno Cidades, Página 2.

EM VISITA AO TCE

Wellington pede pressa do TCE para analisar subconcessões dos serviços da Agespisa

João Magalhães
Repórter

O governador Wellington Dias (PT) pediu pressa do Tribunal de Contas do Estado no julgamento do processo de subconcessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na capital. O pedido foi feito ontem (20) em visita do chefe do executivo estadual aos conselheiros do TCE. O presidente da corte, Olavo Rebelo, comentou que o órgão vai analisar o processo no tempo e com o zelo necessários.

O TCE analisa o processo após a segunda colocada na licitação, empresa Águas do Brasil, ingressar com ação afirmando que a primeira colocada, Aegea Saneamento e Participações S/A, foi beneficiada na licitação. Na conversa com os conselheiros, Wellington Dias (PT) lem-



Governador e equipe foram pedir agilidade na análise do TCE

brou que a subconcessão prevê investimentos de R\$ 1,7 bilhão que vão possibilitar a universalização dos serviços em Teresina. Esses recursos serão oriundos da iniciativa privada, já que o governo estadual não dispõe do montante para investir.

“O Estado não dispõe desses recursos e precisamos da parceria com empresas privadas.

Por isso viemos fazer um apelo ao presidente e aos demais conselheiros para apressarem uma solução para o impasse na licitação”, explicou o governador.

No TCE, o processo tem como relator o conselheiro Kennedy Barros que, na ocasião do encontro com o governador, citou que vai pedir pauta do processo assim que receber

o parecer do procurador do Ministério Público de Contas, Plínio Valente. A previsão é que o processo entre em pauta de julgamento na primeira quinta-feira (02) após o carnaval.

Enquanto o governador pede pressa no julgamento, deputados estaduais de oposição reivindicaram ontem (20) a formação de uma comissão para solicitar que o TCE suspenda a apreciação do processo.

O deputado Rubem Martins (PSB) defende a suspensão até que superintendente de Parcerias e Concessões, Viviane Moura, responsável pela licitação, preste esclarecimentos sobre o processo na Assembleia Legislativa do Piauí. A ida dela ao parlamento estava marcada para essa segunda-feira (20), mas segundo o site da Assembleia, ela pediu adiamento devido a morte de sua avó.

Editoria de Política. Página 2

Pressa para resolver

Depois de receber uma reclamação pública do prefeito Firmينو Filho de que o processo de subconcessão do serviço de abastecimento e esgotamento da capital está muito lento, o governador Wellington Dias foi pessoalmente ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), em comitiva, pedir agilidade no julgamento do processo licitatório em questão. A demora se deve à judicialização do caso após suspeita de má condução nas análises das propostas. O fato é que ou agiliza logo, ou tudo poderá ser cancelado, como já começava a ser articulado na Assembleia Legislativa.

Coluna Roda Viva. Página 2

Prefeitura apoiará blocos durante o Carnaval

Foi realizado uma reunião com todos os representantes de blocos dos bairros da cidade para montarem uma programação do carnaval de Esperantina.

A prefeitura está apoiando todos os blocos carnavalescos da cidade e vai realizar uma grande festa de rei momo, na praça poeta Antonio Sampaio, onde reúne todos os foliões dos diversos blocos e também toda a comunidade de Esperantina.

“Mesmo em tempos de crise nós estamos dando total apoio aos foliões de Esperantina atra-

vés dos blocos de vários bairros, e seguindo a orientação de nossa prefeita Vilma Amorim, vamos realizar uma grande festa em praça pública reunindo todos os blocos ao som das bandas da cidade, valorizando o que é nosso”. Falou o secretário.

A festa que será realizada na praça poeta Antonio Sampaio na terça feira de carnaval será animada pelas bandas Mestre Chico com as famosas marchinhas, a partir das 19h e em seguida, Pileke Show e Balanço de Primeira fecharão a noite.

“Nós não poderíamos deixar os nossos foliões sem ani-

mação e pedi ao secretário Epaminondas que organizasse um carnaval, grande e bonito dentro das condições financeiras de nosso município sem comprometer os serviços essenciais e prontamente ele com sua equipe sentaram e organizaram o evento que com certeza esta parceria da prefeitura com os blocos dos bairros vai ser um sucesso e para fechar com chave de ouro todos vão se reunir na terça feira na praça Poeta Antonio Sampaio com uma grande festa popular”, disse a prefeita Vilma Amorim.

A prefeita ainda pediu aos foliões que brinquem com segurança, sem exagero, respeitando o próximo, evitando beber e dirigir para que não tenhamos acidentes neste período.

A prefeita orientou a realização de uma grande festa em pública reunindo todos os blocos

Caderno Em Dia. Editoria Piauí, Página 6

IEGM

Água Branca tem uma das melhores gestões do Piauí, segundo anuário divulgado pelo TCE

A gestão pública de Água Branca é uma das melhores do Piauí. Quem diz é o Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), que divulgou o anuário do Índice de Efetividade de Gestão Municipal (IEGM), desenvolvido pelo Instituto Rui Barbosa. No relatório, Água Branca alcança a nota B, classificada como 'efetiva' nos projetos e programas desenvolvidos nas áreas da educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas e governança em tecnologia da informação.

Além de Água Branca, apenas 16 cidades do Piauí alcançaram o índice B, incluindo a capital, Teresina. O prefeito Jonas Moura frisa que o resultado revela o esforço coletivo da equipe administrativa, que pauta o trabalho no planeja-



“O resultado revela esforço coletivo”, diz o prefeito Jonas Moura

mento e na transparência.

“O resultado conquistado por Água Branca no IEGM revela a responsabilidade da nossa gestão com a coisa pública, com a melhoria dos serviços e, conseqüentemente, com a melhoria da qualidade

de vida da população. Ficamos felizes com esse reconhecimento, que é sério e traz o aval do Tribunal de Contas”, destaca o gestor.

O resultado do primeiro IEGM mostra que o Piauí atingiu a média de 0,52 na

avaliação dos municípios, numa pontuação que vai de 0 a 1. O resultado evidencia a concentração dos municípios piauienses na faixa C+ (em fase de adequação), com 72 cidades nesta situação (50% dos que preencheram o IEGM). Constata-se também a ausência de municípios situados nas faixas A (altamente efetiva) e B+ (Muito efetiva).


Os municípios que alcançaram média B foram: Água Branca, Teresina, Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Cajueiro da Praia, Campo Grande do Piauí, Cocal de Telha, Colônia do Gurguéia, Conceição do Canindé, Corrente, Elesbão Veloso, Francisco Santos, Monsenhor Hipólito, Oeiras, Parnaguá, São Miguel do Tapuio e Vila Nova do Piauí.

Caderno Em Dia. Editoria Piauí, Página 6

Wellington Dias trata de subconcessão da Agespisa no TCE

Para o governador, será necessário um investimento de R\$ 4,7 bilhões para que, em 10 anos, o fornecimento de água seja universalizado.

Lorena Costa

 Curtir Uma pessoa curtiu isso. Seja o primeiro entre seus amigos.



Governador no TCE (Foto:Francisco Leal)

O governador Wellington Dias reuniu-se, na manhã desta segunda-feira (20), com o presidente do Tribunal, Olavo Rebelo e todos os conselheiros no Tribunal de Contas do Estado (TCE) para tratar sobre a subconcessão da Agespisa. Por recomendação do TCE, a licitação dos serviços de abastecimento de água, esgoto e saneamento teve o seu andamento suspenso.

Segundo Wellington, o sistema de esgotamento precisa de investimentos. "Não é só Teresina, temos que cuidar de todo o estado. Esse é um processo integrado, com três níveis. O primeiro contempla as cidades maiores, outro as cidades médias e ainda um para as cidades e comunidades menores", pontuou o chefe do executivo.

Para o governador, será necessário um investimento de R\$ 4,7 bilhões para que, em 10 anos, o fornecimento de água seja universalizado. "Isso só é possível por meio de Parceria Público

Privada. Não temos outra alternativa, nem pelo estado, nem empréstimos ou pelo Governo Federal. Estamos tocando uma carteira de obras que estava em andamento e adiante serão feitas a partir dessa modelagem", disse.

Wellington Dias pediu agilidade no processo. "Respeitaremos qualquer resultado do TCE, mas faço um apelo e acredito que darão agilidade, claro que respeitando o tempo dos procedimentos e dentro da legalidade, para que assim tenhamos menos riscos para o sistema e melhores condições para garantir os investimentos em obras para levar água e saneamento à população", finalizou.

Link: <http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/id/29663>

Governador vai ao TCE para tratar da subconcessão da Agespisa



Imprimir



Confira também

[Presidente da Agespisa anuncia construção de nova ETA na capital](#)

[Blog do Bira: A subconcessão da Agespisa na Câmara e no TCE hoje](#)

[Sindicato dos Engenheiros aprova nova direção da Agespisa](#)

[Parnaíba: Agespisa prepara licitação para ampliar abastecimento](#)

O governador Wellington Dias (PT) visitou nesta segunda-feira (20) o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), para conversar com os conselheiros sobre a licitação da subconcessão dos serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário de Teresina. O processo está em análise no TCE-PI, depois de denúncia feita pela empresa Águas do Brasil, que diz ter sido prejudicada na licitação.

Acompanhado dos secretários de Governo, Merlong Solano, e de Administração e Previdência (SeadPrev), Franzé Silva, Wellington se reuniu com o presidente do TCE-PI, conselheiro Olavo Rebelo, com vários conselheiros e com o procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC), Plínio Valente. Ele destacou a importância da subconcessão para Teresina e pediu ao presidente Olavo Rebelo, aos demais conselheiros e ao procurador-geral do MPC pressa na apreciação e julgamento do processo.

Wellington lembrou que a subconcessão prevê investimentos de R\$ 1,7 bilhão no abastecimento d'água e esgotamento sanitário de Teresina, que possibilitarão a universalização dos serviços. "O Estado não dispõe desses recursos e precisamos da parceria com empresas privadas. Por isso viemos fazer um apelo ao presidente e aos demais conselheiros para apressarem uma solução para o impasse na licitação", explicou o governador.

O conselheiro Olavo Rebelo disse que os conselheiros ouviram os argumentos do governador e adiantou que o TCE-PI analisará o processo no tempo e com o zelo necessário. "O governador expôs os argumentos em favor da subconcessão e solicitou ao relator e ao procurador-geral do Ministério Público de Contas que apressem a solução do processo. Deste modo, o procurador dará seu parecer e encaminhará ao relator, que pedirá que o processo seja colocado em pauta de julgamento", explicou.

O relator do processo, conselheiro Kennedy Barros, que também participou da reunião, disse que pedirá pauta do processo logo que receber o parecer do procurador Plínio Valente. A previsão é que o processo entre em pauta de julgamento na primeira quinta-feira após o carnaval.

Link: <http://cidadeverde.com/noticias/241764/governador-vai-ao-tce-para-tratar-da-subconcessao-da-agespisa>

Prefeitos podem trocar Diário Oficial dos Municípios, afirma conselheiro

Delano Câmara explica o que é necessário para que os prefeitos realizem essa mudança conforme a lei



Por Rômulo Rocha - De Brasília

O conselheiro substituto do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE), Delano Câmara, informou que os prefeitos do estado, todos eles, se quiserem, podem deixar de fazer uso do Diário Oficial dos Municípios e aderirem, por exemplo, ao Diário Oficial do Estado do Piauí. Isso, claro, desde que alterem a lei municipal. O conselheiro concedeu entrevista sobre o assunto no último dia 8 de fevereiro, em Teresina, na sede da Corte de Contas.



As informações vêm à tona em meio às reclamações de muitos prefeitos frente aos preços praticados pelo Diário Oficial dos Municípios, uma empresa privada.



Alegam alguns que não conseguem convencer os proprietários do DOM a baixarem os preços mensais pelas publicações dos atos administrativos nas páginas do jornal oficial. E, em sendo assim, procuram uma alternativa.

Abaixo uma entrevista que pode tirar muitas dúvidas dos prefeitos piauienses. Para maiores detalhes pode ser feita uma consulta ao Tribunal, segundo

orientou o conselheiro entrevistado.

_A ENTREVISTA:

180: Os prefeitos têm a liberdade de escolherem onde vão publicar os atos administrativos, é mais ou menos isso?

Delano Câmara: Em relação a essa polêmica que foi estabelecida, em relação ao Diário Oficial dos Municípios, ele é o detentor da marca, do nome e, como tal, quando um ente elege, ele não vai poder copiar o nome... Bom, quem elege qual o veículo oficial é a legislação de cada município, de cada ente federado, do estado, da União, que seja um único veículo oficial ou mais de um veículo oficial. Ele, na lei, vai dizer: o veículo oficial de divulgação do município X é... Aí ele pode botar lá: o Diário Oficial da União, o Diário Oficial dos Municípios, o Diário Oficial, por exemplo, de Teresina...

180: Então os prefeitos podem usar até o Diário Oficial de Teresina?

Delano Câmara: Não. Porque o de Teresina, quando foi criado, o município de Teresina disse que seria dele. Existe uma legislação dizendo algo no sentido de que não poderia haver essa comunhão com um, sendo do outro. Por quê? Porque veja bem, se ele é veículo oficial lá do município de Barra do Corda, lá do município X, o normal é que quem vai procurar, irá procurar aquela informação ou num diário geral, ou num diário específico. Imagine que Teresina não tivesse diário oficial e ela elegeisse, por exemplo, como veículo oficial, o Diário Oficial do município de São Paulo. Ora, se eu vou participar de uma licitação em Teresina, eu vou olhar onde? Eu vou olhar no Diário Oficial da União, no do Estado, no Diário Oficial de Teresina, ou num diário oficial de municípios, mas precisa ser um diário oficial onde as pessoas saibam que lá é onde estão sendo divulgados os atos. Se você coloca um diário oficial de um outro local é a mesma coisa de você colocar que vai chamar as pessoas para um concurso e botar o edital do concurso atrás de uma porta. Então, claro, que não pode ser colocado num diário que não tem nada a ver com a municipalidade.

180: Vamos dizer então que um grupo de prefeituras como Floriano e outras da redondeza resolvem criar um diário oficial. Isso é possível, para poder diminuir os custos, já que os prefeitos reclamam que o Diário Oficial dos Municípios está caro?

Delano Câmara: Eu, individualmente, não posso responder. Eu recomendo que seja feita uma consultada escrita. Agora é possível a prefeitura eleger um diário oficial que atenda os requisitos, porque se não eu posso dizer: não, meu diário oficial agora vai ser a revista Pasquim. Não é assim. Porque um diário oficial, para ele ser reconhecido como tal, ele tem que atender certos requisitos, tanto o diário eletrônico quanto o diário impresso, mas ele precisa atender a certos requisitos referentes à periodicidade, requisitos referentes à backup, requisitos referentes à distribuição mínima de acesso das pessoas, porque se não é a mesma coisa de você publicar em algo que foi impresso e guardado debaixo de uma mesa. Então eu faço a impressão do diário oficial do município X, mas ninguém tem acesso porque aqueles exemplares ficaram todos guardados debaixo da mesa, só foram circular cinco, seis dias ou um mês depois. Então um diário oficial ele tem que ter esse independência, essa segurança de que ele vai circular apazadamente, com a periodicidade, com a segurança de não poder ser modificado a informação posteriormente. Por isso o Tribunal de Contas fiscaliza e controla aqueles veículos oficiais. Todo diário oficial que é diário oficial eles são controlados pelo Tribunal de Contas. O Diário Oficial dos Municípios, ele todo dia vem um exemplar na data e hora ao Tribunal de Contas. Se ele fosse retido, só chegasse cinco dias depois, com certeza o Tribunal de Contas já teria glosado esse veículo como veículo oficial.

180: Entendi, então...

Delano Câmara: Então o diário oficial que for implementado, ele não é implementado por um mérito ato de vontade. Ele tem que atender a certos requisitos. São requisitos de qualidade, periodicidade, backup, publicidade real, tem que ir para todas as prefeituras...

180: A real publicidade a que o senhor se refere seria a on-line e a impressa, seria isso?

Delano Câmara: Não. A real publicidade é que as pessoas tenham acesso no dia exato em que o diário foi impresso. Se saiu hoje, é para estar acessível hoje em todo canto. São assinantes deles, tipo escritórios de advocacia, entendeu? Então muito me preocupa se cada município resolve criar um. Porque imagina para um advogado ou para os contadores que vão ter que ter assinatura de todos esses veículos oficiais. Pode até baratear para a prefeitura, mas...

180: Mas dificulta para o restante da sociedade...

Delano Câmara: Dificulta para o restante da sociedade. Se eu sou uma empresa, eu assino o Diário Oficial dos Municípios, eu tenho acesso a todas as licitações que vão acontecer, eu entro no Licitações Web, eu sei mais ou menos onde estão as coisas. Mas se eu imaginar que cada município pequeno, minúsculo, tiver um diário... E muitas vezes com esse diário oficial nós já temos dificuldades para acompanhar essas licitações. E de repente, se se publica a licitação num dia e só chega à sociedade dez dias depois? Então assim, eu vejo com muito cuidado.

180: Mas o Diário Oficial do Estado seria uma boa alternativa para os prefeitos?

Delano Câmara: É possível. Mas é isso que eu estou lhe dizendo. Tem que estar na lei as opções, para que haja facilidade. Se a prefeitura elegeu o do Estado, a prefeitura tem que colocar sempre tudo lá. Se for eletrônico também. E me parece que estão querendo criar um diário oficial eletrônico. O Diário Oficial dos Municípios é um diário oficial impresso, embora ele tenha uma versão eletrônica, ele não é um diário oficial eletrônico.

180: Mas é possível ter um diário oficial eletrônico sem que ele seja impresso?

Delano Câmara: É possível.

180: A lei permite?

Delano Câmara: A lei permite. Só que os requisitos para um diário oficial eletrônico são maiores do que o impresso. Porque ele exige script, ele exige criptografia, ele exige o registro da mudança de dados. Existe todo um conjunto de programas cujo custo é assombrosamente mais alto.

180: Maior do que o impresso?

Delano Câmara: Muito maior.

180: Então os prefeitos iriam ter que gastar mais?

Delano Câmara: Na implementação é um custo muito mais alto, depois, ao longo dos anos, o custo cai. Então isso é uma coisa que é possível, mas é uma discussão que eu acho que ainda se estenderá por muito e muito tempo.

Link: <http://180graus.com/politica/prefeitos-podem-trocar-o-diario-oficial-dos-municipios-pelo-do-estado>

THE: Governador visita TCE-PI para falar sobre a subconcessão da água

Wellington lembrou que a subconcessão prevê investimentos de R\$ 1,7 bilhão



Imagem: Divulgação

O governador Wellington Dias (PT) visitou nesta segunda-feira (20) o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), para conversar com os conselheiros sobre a licitação da subconcessão dos serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário de Teresina. O processo está em análise no TCE-PI, depois de denúncia feita pela empresa [Águas do Brasil](#), que diz ter sido prejudicada na licitação.

Acompanhado dos secretários de Governo, Merlong Solano, e de [Administração](#) e Previdência (SeadPrev), Franzé Silva, Wellington se reuniu com o presidente do TCE-PI, conselheiro Olavo Rebelo, com vários conselheiros e com o procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC), Plínio Valente. Ele destacou a importância da subconcessão para Teresina e pediu ao presidente Olavo Rebelo, aos demais conselheiros e ao procurador-geral do MPC pressa na apreciação e julgamento do processo.

Wellington lembrou que a subconcessão prevê investimentos de R\$ 1,7 [bilhão](#) no abastecimento d'água e esgotamento sanitário de Teresina, que possibilitarão a universalização dos serviços. "O Estado

não dispõe desses recursos e precisamos da parceria com [empresas](#) privadas. Por isso viemos fazer um apelo ao presidente e aos demais conselheiros para apressarem uma solução para o impasse na licitação", explicou o governador.

O conselheiro Olavo Rebelo disse que os conselheiros ouviram os argumentos do governador e adiantou que o TCE-PI analisará o processo no tempo e com o zelo necessário. "O governador expôs os argumentos em favor da subconcessão e solicitou ao relator e ao procurador-geral do Ministério Público de Contas que apressem a solução do processo. Deste modo, o procurador dará seu parecer e encaminhará ao relator, que pedirá que o processo seja colocado em pauta de julgamento", explicou.

O relator do processo, conselheiro Kennedy Barros, que também participou da reunião, disse que pedirá pauta do processo logo que receber o parecer do procurador Plínio Valente. A previsão é que o processo entre em pauta de julgamento na primeira quinta-feira após o carnaval.

Wellington pede pressa do TCE na análise das subconcessões da Agespisa

O TCE analisa o processo após a segunda colocada na licitação, empresa Águas do Brasil, ingressar com ação afirmando que a primeira colocada, Aegea Saneamento e Participações S/A, foi beneficiada na licitação.

21/02/2017 07:53h



O governador Wellington Dias (PT) pediu pressa do Tribunal de Contas do Estado no julgamento do processo de subconcessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na capital. O pedido foi feito ontem (20) em visita do chefe do executivo estadual aos conselheiros do TCE. O presidente da corte, Olavo Rebelo, comentou que o órgão vai analisar o processo no tempo e com o zelo necessários.

O TCE analisa o processo após a segunda colocada na licitação, empresa Águas do Brasil, ingressar com ação afirmando que a primeira colocada, Aegea Saneamento e Participações S/A, foi beneficiada na licitação. Na conversa com os conselheiros, Wellington Dias (PT) lembrou que a subconcessão prevê investimentos de R\$ 1,7 bilhão que vão possibilitar a universalização dos serviços em Teresina. Esses recursos serão oriundos da iniciativa privada, já que o governo estadual não dispõe do montante para investir.

"O Estado não dispõe desses recursos e precisamos da parceria com empresas privadas. Por isso viemos fazer um apelo ao presidente e aos demais conselheiros para apressarem uma solução para o impasse na licitação", explicou o governador.

No TCE, o processo tem como relator o conselheiro Kennedy Barros que, na ocasião do encontro com o governador, citou que vai pedir pauta do processo assim que receber o parecer do procurador do Ministério Público de Contas, Plínio Valente. A previsão é que o processo entre em pauta de julgamento na primeira quinta-feira (02) após o carnaval.

Enquanto o governador pede pressa no julgamento, deputados estaduais de oposição reivindicaram ontem (20) a formação de uma comissão para solicitar que o TCE suspenda a apreciação do processo.

O deputado Rubem Martins (PSB) defende a suspensão até que superintendente de Parcerias e Concessões, Viviane Moura, responsável pela licitação, preste esclarecimentos sobre o processo na Assembleia Legislativa do Piauí. A ida dela ao parlamento estava marcada para essa segunda-feira (20), mas segundo o site da Assembleia, ela pediu adiamento devido a morte de sua avó.

Minicursos do TCE capacitam gestores públicos para a boa gestão

Da Redação do Portal AZ | 20 de Fevereiro de 2017, 09:27



“Nós fiscalizamos e cobramos melhoria na gestão. E também precisamos treinar e qualificar os gestores para que possam efetivamente melhorar os serviços que oferecem”. A frase é do presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), conselheiro Olavo Rebelo, e foi dita repetidas vezes em entrevistas dele à imprensa nos dois dias do III Seminário para Novos Gestores e Ouvidoria Itinerante, realizado pelo TCE-PI por meio da Escola de Gestão e Controle (EGC) na última quinta e sexta-feira (16 e 17), em Parnaíba.



O argumento e a intenção manifestados na frase que abre a matéria se materializam nas palestras e, sobretudo, nos minicursos ministrados pelos técnicos do TCE-PI e parceiros nos seminários e outros eventos realizados pelo Tribunal. Em Parnaíba, foram 17 minicursos no total, com a presença de 477 pessoas – entre elas os prefeitos de Joaquim Pires, Juvenal Bezerra, e de Castelo do Piauí, José Magno Soares, que participaram do curso Licitações e Contratos, ministrado por Antonia Meira Cardoso, auditora de controle externo do TCE-PI. Outras 490 pessoas assistiram às palestras.

Para o coordenador-executivo do Seminário para Novos Gestores e Ouvidoria Itinerante, Francisco Mendes Ferreira, as palestras e os minicursos capacitam os participantes e, assim, ajudam a melhorar a qualidade da gestão pública. “Os seminários oferecem a oportunidade para que os participantes aprendam mais sobre questões relacionadas à gestão. Neste aspecto, são importantes porque não apenas capacitam, mas tornam cada um, seja gestor ou servidor, mais responsável pela melhoria da gestão”, diz ele,

TODOS OS CURSOS

Além de Licitações e Contratos, os minicursos abordaram questões técnicas, como Zelo e Cuidado na Transição dos Convênios e Contratos de Repasse no Âmbito Estadual e Federal, ministrado pelo controlador governamental Antonio Almeida Filho, assessor da Ouvidoria do TCE-PI; Prestação de Contas e a Responsabilidade dos Agentes Perante o TCE-PI, ministrado pela diretora da Dfae (Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual), Maria Valéria Santos Leal, e Liana de Castro Melo, chefe da Divisão da I Dfae; e Os Cuidados com as Mudanças nas Prestações de Contas, pelo diretor da Dfam (Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal), Vilmar Barros.

Foram ainda abordados temas controversos, como Prevenindo o Assédio Moral e Sexual na Gestão Pública, ministrado por Nayara Figueiredo, assessora de controle externo do TCE-PI; e novidades como o IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal), uma exigência do TCE-PI para as prestações de contas dos municípios a partir de 2017. Os resultados do primeiro IEGM e a ideia geral do programa foram apresentados pelos auditores de controle externo Lucine Batista, Maria Olívia Silveira Reis, Marcus Vinícius de Sousa Lemos e Sandra Maria Saraiva.

A chefe da Controladoria Geral da União (CGU) no Piauí, Erika Lemância Santos Lobo, ministrou Processo Administrativo de Responsabilidade de Pessoas Jurídicas; o auditor de Finanças e Controle da CGU-PI, Edilson Correia Alves Lima, ministrou Gestão de Risco na Administração Pública; a consultora municipal Stael Freire deu o curso Administração Tributária Eficiente; e o advogado Tiago Sá ministrou Aspectos Importantes da Gestão Municipal.

A cerimonialista Emília Nunes ministrou o minicurso Cerimonial Público para os Municípios; Kassandra Saraiva, auditora de controle externo do TCE-PI, ministrou Auditoria Operacional; Gislaine Ferreira, assessora de controle externo, falou sobre a importância do Cadastro Web para gestores e ex-gestores; a professora Marília Ferreira Mendes ministrou o minicurso Redação Oficial – Ferramenta para Eficácia da Comunicação dos Novos Gestores; e os auditores de controle externo Hélcio de Abreu Soares e Francisco das Chagas Braz de Oliveira ensinaram a nova sistemática do Sagres Folha.

Teve ainda Planejamento Financeiro como Ferramenta na Promoção de Saúde e Qualidade de Vida da Gestão Pública, ministrado pela psicóloga e professora Valquíria Nogueira; e Regime Próprio de Previdência Social, ministrado por Alex Sandro Lial Sertão, auditor de controle externo e diretor da Dfap (Diretoria de Fiscalização de Atos da Administração Pública) do TCE-PI.

Link: <https://www.portalaz.com.br/noticia/municipios/390465/minicursos-do-tce-capacitam-gestores-publicos-para-a-boa-gestao>

20/02/2017 - 17:59

Wellington Dias trata de subconcessão da Agespisa no TCE

Para o governador, será necessário um investimento de R\$ 4,7 bilhões

O governador Wellington Dias reuniu-se, na manhã desta segunda-feira (20), com o presidente do Tribunal, Olavo Rebelo e todos os conselheiros no Tribunal de Contas do Estado (TCE) para tratar sobre a subconcessão da Agespisa. Por recomendação do TCE, a licitação dos serviços de abastecimento de água, esgoto e saneamento teve o seu andamento suspenso.

Segundo Wellington, o sistema de esgotamento precisa de investimentos. "Não é só Teresina, temos que cuidar de todo o estado. Esse é um processo integrado, com três níveis. O primeiro contempla as cidades maiores, outro as cidades médias e ainda um para as cidades e comunidades menores", pontuou o chefe do executivo.



Governador no TCE Foto: Francisco Leal

Para o governador, será necessário um investimento de R\$ 4,7 bilhões para que, em 10 anos, o fornecimento de água seja universalizado. "Isso só é possível por meio de Parceria Público Privada. Não temos outra alternativa, nem pelo estado, nem empréstimos ou pelo Governo Federal. Estamos tocando uma carteira de obras que estava em andamento e adiante serão feitas a partir dessa modelagem", disse.

Wellington Dias pediu agilidade no processo. "Respeitaremos qualquer resultado do TCE, mas faço um apelo e acredito que darão agilidade, claro que respeitando o tempo dos procedimentos e dentro da legalidade, para que assim tenhamos menos riscos para o sistema e melhores condições para garantir os investimentos em obras para levar água e saneamento à população", finalizou.

Link: <http://www.capitalteresina.com.br/noticias/politica/wellington-dias-trata-de-subconcessao-da-agespisa-no-tce-49507.html>

Governador visita TCE-PI e pede pressa no julgamento da subconcessão da Agespisa

O processo está em análise no TCE-PI, depois de denúncia feita pela empresa Águas do Brasil, que diz ter sido prejudicada na licitação

20/02/2017 - Atualizado em: 20/02/2017, 14:09

Publicado por: Sávvia Barreto



O governador Wellington Dias (PT) visitou nesta segunda-feira (20/02) o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), para conversar com os conselheiros sobre a licitação da subconcessão dos serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário de Teresina. O processo está em análise no TCE-PI, depois de denúncia feita pela empresa Águas do Brasil, que diz ter sido prejudicada na licitação.



Visita do governador Wellington Dias ao TCE para tratar da subconcessão (Foto: Divulgação)

Acompanhado dos secretários de Governo, Merlong Solano, e de Administração e Previdência (SeadPrev), Franzé Silva, Wellington se reuniu com o presidente do TCE-PI, conselheiro Olavo Rebelo, com vários conselheiros e com o procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC), Plínio Valente. Ele destacou a importância da subconcessão para Teresina e pediu ao presidente Olavo Rebelo, aos demais conselheiros e ao procurador-geral do MPC pressão na apreciação e julgamento do processo.

Wellington lembrou que a subconcessão prevê investimentos de R\$ 1,7 bilhão no abastecimento d'água e esgotamento sanitário de Teresina, que possibilitarão a universalização dos serviços. "O Estado não dispõe desses recursos e precisamos da parceria com empresas privadas. Por isso viemos fazer um apelo ao presidente e aos demais conselheiros para apressarem uma solução para o impasse na licitação", explicou o governador.

JULGAMENTO APÓS CARNAVAL

O conselheiro Olavo Rebelo disse que os conselheiros ouviram os argumentos do governador e adiantou que o TCE-PI analisará o processo no tempo e com o zelo necessário. "O governador expôs os argumentos em favor da subconcessão e solicitou ao relator e ao procurador-geral do Ministério Público de Contas que apressem a solução do processo. Deste modo, o procurador dará seu parecer e encaminhará ao relator, que pedirá que o processo seja colocado em pauta de julgamento", explicou.

O relator do processo, conselheiro Kennedy Barros, que também participou da reunião, disse que pedirá pauta do processo logo que receber o parecer do procurador Plínio Valente. A previsão é que o processo entre em pauta de julgamento na primeira quinta-feira após o carnaval.


Link: <http://www.oitomeia.com.br/noticias/2017/02/20/governador-visita-tce-pi-e-pede-pressao-no-julgamento-da-subconcessao-da-agespisa/>

Olavo Rebêlo vai instalar unidades do TCE em municípios do Piauí

No dia 10 de fevereiro, os conselheiros aprovaram resolução que dispõe sobre a criação de Unidades integrantes da Secretaria do TCE nos municípios de Parnaíba, Picos e Bom Jesus.


BÁRBARA RODRIGUES

18/02/2017 © 19h58 - atualizado © 19h59

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), o conselheiro Olavo Rebêlo, deu início a uma estratégia para melhorar o processo de interiorização das ações do órgão junto aos municípios piauienses.

No dia 10 de fevereiro, os conselheiros aprovaram resolução que dispõe sobre a criação de Unidades Integrantes da Secretaria do TCE nos municípios de Parnaíba, Picos e Bom Jesus. O presidente será o responsável por designar os servidores que serão lotados nas unidades e que estabelecerá as atribuições que serão exercidas.

Na resolução, o conselheiro Olavo Rebêlo explicou que a criação dessas unidades faz parte de uma “estratégia de interiorização das ações do Tribunal de Contas do Estado em polos regionais, facilitando o acesso dos jurisdicionados aos serviços desenvolvidos”.

Esse processo foi um dos pontos defendidos por Olavo Rebêlo quando foi eleito presidente do TCE em 2016. Na ocasião ele explicou que isso faz parte de um projeto semelhante ao que ocorre em Pernambuco, onde existem algumas inspeções do órgão em municípios. Essas unidades localizadas nas cidades de Picos, Parnaíba e Bom Jesus vão ajudar principalmente os prefeitos que não vão precisar ir para a cidade de Teresina para resolver qualquer problema relacionado ao TCE.

Servidores qualificados ficarão nessas unidades e poderão orientar os gestores sobre qualquer dúvida. Com a aprovação da resolução, o presidente ainda definirá quando essas novas secretarias do TCE vão começar a funcionar. Aprovaram a resolução os conselheiros Luciano Nunes Santos, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, Kleber Dantas Eulálio, Jaylson Fabianh Lopes Campelo, Delano Carneiro da Cunha Câmara e o SubProcurador Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/olavo-rebello-vai-instalar-unidades-do-tce-em-municipios-do-piaui-409455.html>

Tribunal condena ex-secretária da Educação Aurélia da Luz

O acórdão do Tribunal de Contas do Estado é do dia 12 de dezembro de 2016.

WANEISSA GOMMES

21/02/2017 © 07h58 - atualizado © 08h00



Compartilhe no Facebook



Compartilhe no Twitter



Compartilhe no Google+



Enviar por E-mail



Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado julgou irregulares as contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério – FUNDEB da prefeitura de Capitão Gervásio Oliveira, no exercício financeiro de 2012, na gestão da ex-secretária da Educação, Aurélia da Luz Moreira.

Entre as irregularidades apontadas estão: descumprimento do limite de gastos com profissionais do magistério, ausência de licitação para aquisição de peças para veículos no valor de R\$ 36.741,40 e aquisição de Combustíveis no montante de R\$ 272.539,50 e fracionamento de despesas.

A corte condenou a ex-secretária a devolver R\$ 133.350,00 em virtude da ausência de esclarecimento acerca da origem dos valores contabilizados no ativo realizável, bem como na conta valores diversos, sem a correspondente comprovação da boa e regular aplicação dos recursos.

Os Conselheiros ainda aplicaram multa de 1.000 UFRs/PI. O acórdão é do dia 12 de dezembro de 2016.

Outro lado

Procurada pelo **GPI**, a ex-secretária Aurélia da Luz não foi localizada para comentar a decisão.

TCE reprova contas de gestão do prefeito Zé Medeiros

A decisão foi publicada no Diário Oficial do TCE-PI.

RAYANE TRAJANO

20/02/2017 @ 21h45 - atualizado @ 21h46



Compartilhe no Facebook



Compartilhe no Twitter



Compartilhe no Google+



Enviar por E-mail



Mais opções

O prefeito do município de Manoel Emídio, José Medeiros da Silva, teve as contas de gestão reprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Piauí, referentes ao ano de 2011. Zé Medeiros (PTB), como é conhecido, foi novamente eleito prefeito do município para gestão 2017/2022.

Entre as irregularidades encontradas pela Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal estão emissão de cheque sem fundos no valor de R\$ 3.199,24, gerando tarifas bancárias no valor de R\$ 43,35; despesas realizadas sem licitação, no valor total de R\$ 683.383,90; pagamento com atraso de obrigações previdenciárias referentes ao exercício de 2010, ocasionando multas e juros no valor total de R\$ 5.268,71, entre outras irregularidades.

Além disso, não houve realização de concurso público para validar o exercício da função pública de apoio administrativo, técnico e operacional e de zeladora, afrontando o art. 37, II, da Constituição Federal.

A Segunda Câmara decidiu multar o prefeito Zé Medeiros no valor correspondente a 2.000 UFR-PI a ser recolhido ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas. A decisão foi publicada no Diário Oficial do TCE-PI nesta segunda-feira (20).

Tribunal julga procedente representação contra prefeito Tomé

A representação foi apresentada pelo Ministério Público de Contas, em face da falta de envio dos documentos que compõem as prestações de contas mensais.

BÁRBARA RODRIGUES

19/02/2017 @ 18h52 - atualizado @ 18h52



Compartilhe no Facebook



Compartilhe no Twitter



Compartilhe no Google+



Enviar por E-mail



Mais opções

Em decisão monocrática, a conselheira Lilian Martins, do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), julgou procedente, no dia 13 de fevereiro, representação contra o prefeito de Aroazes, Antônio Tomé Soares de Carvalho Neto.

A representação foi apresentada pelo Ministério Público de Contas, em face da falta de envio dos documentos que compõem as prestações de contas mensais alusivas aos meses de janeiro a junho de 2016 (SAGRES Contábil, SAGRES Folha e Documentação Web). Foi pedido ainda o bloqueio das contas da prefeitura de Aroazes.

A conselheira afirma que Tomé foi notificado para apresentar defesa, mas que isso não foi feito por ele. Dessa forma as contas chegaram a ser bloqueadas em novembro de 2016. O prefeito então apresentou as prestações de contas atrasadas e foi determinado o desbloqueio.

Apesar das prestações de contas terem sido apresentadas, a conselheira afirma que isso não tira a responsabilidade do prefeito de apresentar as contas em dias. Disse ainda que os atrasos impedem a fiscalização por parte do Tribunal de Contas e que o não cumprimento das obrigações podem configurar ato de improbidade administrativa.

“Constituição Federal no artigo 70 no seu parágrafo único, estabelece que prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, guarde, arrecade, gere ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária. Desta forma, o dever de prestar contas no prazo legal, é elementar na conduta de quem quer que se utilize dos recursos públicos. O não cumprimento desse dever pode configurar ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública”, disse a conselheira na decisão.


Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tribunal-julga-procedente-representacao-contra-prefeito-tome-409365.html>


TCE aprova com ressalvas prestação de contas de Neta Santos


Na prestação de contas foram encontradas algumas irregularidades como despesas não licitadas.


BÁRBARA RODRIGUES


19/02/2017 © 08h52 - atualizado © 08h52

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) aprovou com ressalvas a prestação das contas de gestão da prefeitura de Angical referente ao exercício financeiro de 2014 e determinou a aplicação de multa a prefeita Neta Santos.

Na prestação de contas foram encontradas algumas irregularidades como despesas não licitadas no montante de R\$ 173.015,30, além de gastos com consultoria contábil no valor de R\$ 228.877,38 mil e serviços de limpeza urbana R\$ 63.215,30, assim como inadimplemento de obrigações junto à Eletrobras e contratação de empresa impedida de licitar ou formalizar contrato com o poder público.

Em sua defesa, ela apresentou documentação para sanar as falhas encontradas. Os conselheiros entenderam que apenas algumas falhas foram sanadas e que as que ficaram não ensejam a reprovação das contas, por isso elas foram aprovadas com ressalvas. Também foi determinada a aplicação de multa à gestora, Neta Santos, no valor correspondente a 500 UFR-PI a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas (FMTC), no prazo de 30 dias após o trânsito em julgado da decisão.

Participaram do julgamento os conselheiros Kleber Dantas Eulálio, Abelardo Pio Vilanova e Silva, Jaylson Fabianh Lopes Campelo em razão do Cons. Luciano Nunes Santos, Delano Carneiro da Cunha Câmara, além do representante do Ministério Público de Contas, do procurador Leandro Maciel do Nascimento. A decisão é do dia 24 de janeiro.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tce-aprova-com-ressalvas-prestacao-de-contas-de-neta-santos-409456.html>

Vereadora denuncia prefeita Doquinha ao Tribunal de Contas


Pedrina afirma que após a prefeita ser eleita, ela passou a utilizar Máquinas e Equipamentos do PAC doados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para coleta de lixo domiciliar.

BÁRBARA RODRIGUES

20/02/2017 @ 07h49 - atualizado @ 07h49

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

A vereadora Pedrina Almeida de Araújo Rocha protocolou no Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), no dia 9 de fevereiro, uma denúncia contra a prefeita de Colônia de Gurgueia, Alcilene Alves de Araújo, mais conhecida como Doquinha, que assumiu a prefeitura em janeiro desse ano.

Pedrina afirma que após a prefeita ser eleita, ela passou a utilizar Máquinas e Equipamentos do PAC doados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para coleta de lixo domiciliar. Ela afirma que as máquinas são um caminhão basculante (Caçamba), doado pelo governo federal em 14 de março de 2014, uma Pá Carregadeira, doada em 28 de Abril de 2014 e uma retroescavadeira, doada em 11 de Junho de 2013.

Pedrina explica que a prefeita não pode utilizar essas máquinas para coleta de lixo domiciliar, pois elas foram doadas para uso exclusivo em "Obras de Interesse Social para a promoção da agricultura familiar e reforma agrária, em especial a recuperação de estradas vicinais e em obras de captação e armazenamento de água garantindo o abastecimento à população".

A vereadora destaca que os usos irregulares das máquinas podem diminuir a sua vida útil e que as "informações que temos é que estão dirigindo as máquinas pessoas sem qualquer certificado de treinamento com o fabricante das mesmas, o que compromete a utilização eficiente da mesma, correndo sérios riscos de que imperícias sejam cometidas e por conseguinte e deteriorização dos equipamento".

Ela ainda pede que a prefeita seja responsabilizada, pois a utilização irregular das máquinas "fere também os princípios da administração pública, o que configura ato de improbidade administrativa". Ela ainda solicita que o Ministério Público Federal seja informado sobre o caso e pede aplicação de multa a Doquinha.

Outro lado

Procurada pelo **GPI** nesta quarta-feira (15), a prefeita Doquinha não foi localizada para comentar a denúncia.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/vereadora-denuncia-prefeita-doquinha-ao-tribunal-de-contas-409243.html>